



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640113 - CE (2021/0013115-8)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
IMPETRANTE : JEFFERSON VASCONCELOS FREITAS
ADVOGADO : JEFFERSON VASCONCELOS FREITAS - CE032713
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
PACIENTE : ARILSON MOTA GONCALVES (PRESO)
PACIENTE : JOSÉ NATANAEL DE FREITAS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ARILSON MOTA GONCALVES e JOSÉ NATANAEL DE FREITAS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ (HC n. 0640061-11.2020.8.06.0000).

Os pacientes foram presos em flagrante em 07.12.2020 pela suposta prática dos delitos previstos nos arts. 33 e 35, ambos da Lei n. 11.343/2006, tendo a custódia sido convertida em preventiva.

O impetrante sustenta a nulidade da decisão homologatória por incompetência do Juízo de origem, pois foi preferida durante o recesso forense.

Alega que os pacientes foram presos sem que tenha sido realizada audiência de custódia, o que ensejaria o relaxamento da medida extrema.

Defende que não estariam presentes os requisitos necessários para a manutenção da custódia cautelar dos acusados.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que sejam revogadas as prisões preventivas dos pacientes, aplicando-lhes medidas alternativas à prisão, caso se mostrem necessárias.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

A decisão impugnada foi proferida por desembargador. Não há acórdão sobre a matéria suscitada na presente impetração, o que inviabiliza seu conhecimento pelo Superior Tribunal de Justiça.

Registre-se que "a competência do STJ para examinar *habeas corpus*, na forma do art. 105, I, 'c', da CF, somente é inaugurada quando a decisão judicial atacada tiver sido proferida por tribunal, o que implica a exigência de exaurimento prévio da instância ordinária, com manifestação do órgão colegiado" (AgRg no HC n. 600.555/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 24/8/2020).

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência